COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO EXAME DO PROJETO DE LEI Nº 6.726, DE 2016, QUE REGULAMENTA O LIMITE REMUNERATÓRIO DE QUE TRATAM O INCISO XI E OS §§ 9º E 11 DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Sr. RUBENS BUENO)

Requer a realização das audiências públicas que especifica.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de seis audiências públicas para que sejam ouvidos os seguintes convidados:

- Presidente do Supremo Tribunal Federal e Procuradora-Geral da República;
- Ministros de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Relações Exteriores;
- Corregedor Nacional de Justiça e Presidentes do Tribunal de Contas da União, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI);
- Presidentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação dos Juízes Federais (AJUFE) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA);
- Presidentes da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), da Associação Nacional dos

Membros do Ministério Público (CONAMP) e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT);

- Presidentes do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (FONACATE), da Federação Nacional dos Médicos (FENAM), da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB), e do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (SINDILEGIS).

JUSTIFICAÇÃO

A aplicação do limite remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal consiste em matéria de extrema complexidade. Para que se tenha uma ideia, os órgãos de controle externo da Magistratura e do Ministério Público expediram regulamentos discrepantes sobre esse tema.

Nesse contexto, não se vislumbra possibilidade de sucesso dos trabalhos desta Comissão sem que sejam ouvidas autoridades públicas e representantes da sociedade civil e das principais categorias funcionais do serviço público. Com o intuito de atender a essa preocupação, apresenta-se o presente requerimento, em que se incluem os diversos segmentos envolvidos nessa árdua discussão.

Sala da Comissão, em 12 de Setembro de 2017.

Deputado RUBENS BUENO